

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.691 - SP (2019/0299187-0)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : MARCIO MIGUEL FERNANDO DE OLIVEIRA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : MARCIO MIGUEL FERNANDO DE OLIVEIRA - SP073985**  
**ANA CAROLINA COSTA SANTOS ZULMIRO - SP378403**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : J S DA C**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de J S DA C contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0018647-49.2013.8.26.0564.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de São Bernardo do Campo/SP condenou o paciente, pela prática do crime tipificado no art. 217-A, c/c o art. 226, II, na forma do art. 71, todos do Código Penal, à pena de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de apelação perante a Corte local, postulando a absolvição do ora paciente por insuficiência de provas e, subsidiariamente, pela mitigação da reprimenda corporal, com a fixação do regime semiaberto.

Em sessão de julgamento realizada no dia 13/12/2018, a Décima Quinta Câmara Criminal do TJSP negou provimento ao apelo defensivo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 13):

*Estupro de vulnerável - Coesão e harmonia do quadro probatório - Condenação mantida.*

*Causa de aumento do artigo 226, II, do Código Penal - Crime praticado pelo padrasto - Subsistência.*

*Continuidade delitiva - Inúmeras as práticas, nas mesmas condições de tempo, lugar e mesmo modo de execução - Exasperação sob a fração de 1/6 benévola.*

*Regime prisional fechado - Subsistência ante a natureza hedionda do delito.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Apelo defensivo improvido.*

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a defesa sustenta a nulidade absoluta do processo, visto que a atual patrona do paciente afirma que, no dia 13/6/2018, efetuou a juntada da procuração para atuar no caso, requerendo vista dos autos e que todas as intimações fossem realizadas em seu nome, contudo, segundo o alegado na inicial, a defesa constituída recebeu a intimação somente após o julgamento colegiado, o que impediu o oferecimento das razões de Apelação.

Ainda, afirma que, "em Decisão de 28 de novembro de 2018, ou seja, mais de cinco meses depois, ocorreu a certificação de intimação da Defensoria Pública da Sessão de Julgamento da Colenda 15ª Câmara de Direito Criminal quando quem deveria ser intimada da Decisão era esta subscritora, numa verdadeira afronta ao direito de defesa do Acusado e aos ditames das Prerrogativas dos Advogados quanto às intimações" (e-STJ fl. 4).

Pugna, liminarmente, pela revogação do mandado de prisão expedido em face do paciente. No mérito, seja concedida a ordem para reconhecer a nulidade do acórdão ora impugnado, determinando-se, ainda, a renovação dos atos processuais desde a indicação da patrona/impetrante no feito.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, em especial após a vinda das informações

# Superior Tribunal de Justiça

prestadas pela autoridade coatora.

Nesse plano, cabe ressaltar que o rito do *habeas corpus*, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

Diante disso, a impetrante deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do constrangimento ilegal imposto ao paciente, o que, no caso, não foi feito.

Ademais, em que pese o esforço argumentativo da combativa defesa, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado acerca do alegado na presente impetração, em especial sobre a aduzida ausência de intimação da defesa constituída do paciente, nos autos da Apelação Criminal n. 0018647-49.2013.8.26.0564, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator